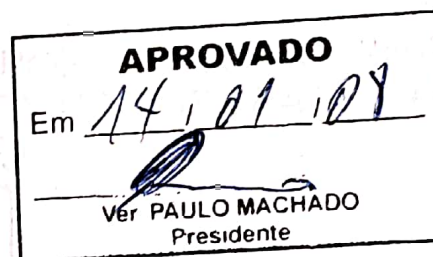


Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Vereadores
Butiá

Projeto de Lei nº 002597/2007



Processo Nº 001112/2007

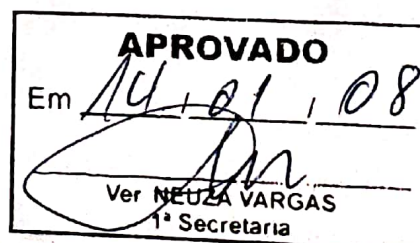
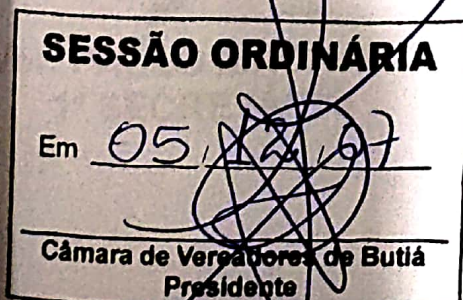
Data: 30/11/2007

Promovente: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER
AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES NO EXERCÍCIO DO ANO 2008.

Comissão Permanente

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 652-1780
Fone 652-5483 – E-mail: camarabutia@terra.com.br

A T O Nº 001138/2007

**INCLUI, Projeto de Lei Nº 2597, DO
EXECUTIVO, NA PAUTA DOS TRABALHOS.**

Ver. LEANDRO FELÍCIO OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 34, inciso I, letra “f”, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 2597 do EXECUTIVO.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que lhe confere o artigo 49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto, para as comissões, a fim de na forma regimental receber o parecer das mesmas.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2007

LEANDRO FELÍCIO OLIVEIRA
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 30 de novembro de 2007

Ver. PAULO MACHADO
1º SECRETÁRIO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA DE BUTIÁ

SESSÃO ORDINÁRIA

Em

05.12.07

Câmara de Vereadores de Butiá
Presidente

Estado do Rio Grande do Sul
APROVADO
Em 14.01.08
Ver. NEUZA VARGAS
1ª Secretária



Em

14.01.08

Ver. PAULO MACHADO
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2597/07

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CONCEDER AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES NO
EXERCÍCIO DO ANO 2008.**

SÉRGIO SEVERO MALTA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e Promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a conceder auxílios e/ou subvenções nos termos da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a LDO/2008, a LOA/2008, e nos termos da presente Lei, que estabelece o Plano de Auxílios e Subvenções para o exercício do ano de 2008.

Art. 2º - Os Auxílios e/ou Subvenções de que trata o artigo 1º., somente poderão ser concedidos para:

- I - Círculo de Pais e Mestres (CPM) de Escolas sediadas do município;
- II - A Entidade ou Centros Culturais, artísticos, literários, recreativos e educacionais;
- III-A Entidades ou Centros Esportivos, de Saúde, Ciências e tecnologia, de recuperação do indivíduo;
- IV- A Centros de Tradições Gaúchas (CTG), rodeios, piquetes, feiras de exposição, Coordenadoria Municipal do MTG;
- V - A Entidades Assistenciais, como: EMATER, CNAE, ORFANATOS, ASILOS, APAE e outros desse gênero;
- VI - A hospitais, sanatórios, fundações, centros médicos de análises, fisioterapia e medicina em geral;
- VII-A escolas particulares (de qualquer gênero) no município, desde que, considerada a sua relevância à comunidade;
- VIII-A escolas técnicas de preparação profissional, preparação física, psicológica e outras do gênero;
- IX - As entidades religiosas e sindicais quando comprovada a utilização em projetos firmados em parceria com o Município, objetivando atender os munícipes nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura.
- X - Clube de Escoteiros e assemelhados;
- XI - A pessoas ou grupos organizados para prática de: ginástica, esportes de qualquer modalidade, grupos carnavalescos, Escolas de Samba, música, literatura, movimentos culturais e outros (submetidos a aprovação da Prefeitura Municipal):



XII – A pessoas carentes, em forma de: alimentos, medicamentos, vestuário, assistência médica, hospitalar, dentária, social, habitacional, erradicação de focos de insetos ou doenças transmissíveis, transporte funerário ou qualquer auxílio financeiro destinado a indigentes;

XIII – A estudantes de qualquer modalidade de ensino, na forma de: bolsas de estudo, passagens, mensalidades e/ou anuidades escolares, auxílio financeiro (submetido à comprovação), pagamento de matrícula, cursos de férias, intensivos, e outros, tendo que pertencer a Associações de estudantes ou mediante convênio com Instituições Educacionais.:

XIV – Participação Financeira ou em prêmios, material esportivos, e outros, em campeonatos municipais (incluindo os varzeanos), torneios municipais, intermunicipais ou interestaduais, quando houver grupo ou pessoas do município;

XV – A pessoa ou pessoas, quando estiverem representando o município por solicitação do Prefeito Municipal; tais como: rainha das piscinas, primeira prenda da região, concursos de beleza, de poesias, rainha, princesas e rei momo para o carnaval, e outros.

XVI – Às Associações de Moradores e UBAM.

XVII – Ao pequeno agricultor ou colono, em forma de: mudas, assistência técnica, e, quando possível, com mecanização agrícola, irrigação, corretivos e fertilizantes (comprovadas a sua necessidade ou pobreza); na abertura de corredores, colocação de bueiros e feitura de pequenas estradas para escoamento da produção;

XVIII - Ao desenvolvimento da pesca animal, vegetal, defesa ao meio ambiente, combate à erosão, ao reflorestamento, eletrificação rural, transportes e comunicação do meio rural;

XIX – Para distribuição de roupas, alimentos, doces, e outros, para o Natal da criança butiaense, campanhas do agasalho ou qualquer movimento de pessoas ou grupos neste sentido;

XX – A Entidades Estaduais e/ou Federais, a título de apoio em suas tarefas, tais como, Brigada Militar, Polícia Civil e outros;

XXI – Outros auxílios quando solicitados ao Prefeito Municipal, que os encaminhará ao órgão competente para seu parecer, que o devolverá para a aprovação ou não aprovação do Prefeito;

XXII – A organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com termo de parceria firmado pelo Poder Público, de acordo com a Lei 9790/99.

XXIII – A consórcios públicos legalmente instituídos.

Parágrafo Único - Outros Auxílios e/ou subvenções poderão ser solicitados ao Prefeito Municipal, que após ouvidas as secretarias e/ou órgãos competentes, apreciará o pedido.

Art. 3º - Terão prioridade nos recursos os pré-projetos constantes no Anexo I desta Lei, em razão da apresentação prévia, apreciação pelos Conselhos e discussão em Audiência Pública.



II – DA SOLICITAÇÃO DOS AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 4º – Todo o pedido de auxílio e/ou subvenções, deverá ser encaminhado através de ofício dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, já acompanhando de documentação discriminada no artigo 7º desta Lei, conforme Modelo Anexo II.

§ 1º - O ofício mencionado deverá ser subscrito pela diretoria da entidade, grupo ou pessoa (Presidente, Diretor, Patrão, Organizador, Dirigente, Secretário, e outros).

§ 2º - O ofício deverá conter, explicitado, o motivo da solicitação do auxílio.

§ 3º - O ofício poderá conter a nominata dos componentes da diretoria, ou representante legal, com o intuito de absorver o menor tempo e material possível.

§ 4º - No caso de diretorias compostas de muitas pessoas, seguir Artigo 8º, § 3º.

Art. 5º – O ofício e a documentação em processo padronizado, seguem as normas estabelecidas pela Administração, a fim de melhorar a organização e manter os serviços relativos a auxílios e/ou subvenções.

Parágrafo Único – Também deverá ser emitido tantas vias da documentação, quantas forem necessárias, para cada setor ou órgão municipal interessado no seu controle.

Art. 6º – Recebido o ofício o Prefeito Municipal o encaminhará ao(s) Órgão (s) competentes para análise e emissão dos respectivos pareceres, salvo se:

- 1- For pedido de materiais ou serviços de valor insignificante;
- 2- For pedido em caráter de urgência e extrema necessidade;

Parágrafo Único – Os Secretários de Governo deverão manter em suas pastas registros, em fichários próprios dos auxílios e/ou subvenções inerentes as mesmas.

III – DA LIBERAÇÃO DOS AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 7º – A liberação de auxílio, sob qualquer forma (financeira, material ou serviço), somente será efetuado, após a aprovação do Sr. Prefeito Municipal, observando-se ainda:

I – DAS ENTIDADES

- A) – Ofício enviado ao Prefeito, conforme Modelo Anexo II;
- B) ato constitutivo, devidamente registrado (Estatuto);
- C) atestado de regular funcionamento nos últimos dois anos firmado por 3 (três autoridades locais);
- D) ata de eleição de sua atual diretoria registrada;
- E) Comprovação da aplicação do(s) auxílio(s) recebido(s), no exercício imediatamente anterior.
- F) prova de inscrição no cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- G) Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal, na forma da Lei;



- H) Certidão Negativa do INSS (ou declaração dos procedimentos adotados para sua regularização);
- I) Certidão Negativa do FGTS (ou declaração dos procedimentos adotados para sua regularização);
- J) plano de aplicação para a utilização dos recursos, conforme Modelo Anexo II.
- K) a entidade proponente deverá entregar, no mínimo, 03 (três) fotografias, impressas ou em meio digital, que comprovem a aplicação dos recursos e fixação da placa na obra/evento.

II - DOS GRUPOS ORGANIZADOS

- A) – Ofício enviado ao Prefeito conforme Modelo do Anexo II, informando eventuais campanhas ou movimentos realizados na comunidade;
- B) Comprovação da prática regular de suas atividades (por uma entidade ou pessoa idônea);
- C) Cópia do Estatuto Social
- D) Nominata dos atuais componentes;
- E) Prestação de contas de qualquer auxílio já recebido (inclusive no mesmo ano ou mês);
- F) plano de aplicação para a utilização dos recursos, conforme Modelo Anexo II.

III - DAS PESSOAS

- A) Comprovação do valor total da necessidade do auxílio (carnês, matrículas, orçamentos, pedidos, e outros.)
- B) Nome da entidade ou classe que representa ou pertence (se for o caso). Em se tratando de pedido em nome próprio, filiação, número de documento de identificação e endereço;
- C) Comprovação de pobreza, com laudo de Assistente Social.

IV - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 8º – A aplicação dos recursos recebidos da Prefeitura Municipal, deverá ser comprovada em noventa (90) dias imediatamente após o recebimento do recurso, sob pena de devolução do mesmo e/ou cancelamento de seu registro na prefeitura, para fins de recebimento de novos auxílios.

§ 1º – As pessoas, grupos ou entidades que já houverem fornecido comprovantes de despesas, no ato de solicitação de auxílio, estão dispensados, automaticamente, de comprovação posterior.

§ 2º – Aquelas que ainda não comprovaram a aplicação de recurso, deverão formalizá-la através de ofício de encaminhamento, dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, assinado pela diretoria atual e poderá anexar ao mesmo, cópias de notas fiscais, recibos, ou outros documentos de comprovação.

§ 3º – Em caso de diretoria com grande número de componentes, será obrigatório apenas as assinaturas do presidente (ou equivalente) do tesoureiro, e do secretário (ou equivalente), conforme previsão estatutária.

§ 4º – Em caso de prêmios, os organizadores deverão encaminhar à Prefeitura Municipal, através de ofício, o resultado da competição, por ordem de classificação, bem como os respectivos nomes dos vencedores.



V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. – O Poder Público Municipal somente poderá conceder auxílios e/ou subvenções para projetos apresentados por entidades de cultos religiosos, igrejas, partidos políticos, entidades de representação de classe (sindicatos e associações), a empresas de fins lucrativos e diretamente às escolas municipais, estaduais e federais, mediante aprovação de lei específica com a devida justificativa.

Art. 10 – O Prefeito Municipal indicará, através de portarias, as pessoas que poderão autenticar documentos relacionados com a aplicação desta Lei, uma vez apresentados em via original para comprovação.

Parágrafo Único – Os documentos de prestação de contas poderão ser apresentados em duas vias, ou cópias, se comparadas com o original;

Art. 11 – Os recursos destinados à cobertura dos auxílios e/ou subvenções de que trata esta Lei, serão as constantes da Lei de Orçamento do exercício em curso;

Art. 12 - O Município repassará mensalmente, à Fundação Municipal de Saúde, subvenções para custeio de sua manutenção, observadas a realidade e condição financeira do Município;

Art. 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em


SÉRGIO SEVERO MALTA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em


EVERTON RIBEIRO PEREIRA
Secretário Municipal de Administração



ANEXO I

PRÉ-PROJETO ORÇAMENTO 2008

Auxílios e Subvenções 2007

- Prioridades nos Projetos
 - Saúde
 - Geração de Renda / Ensino Profissionalizante
 - Continuidade dos Eventos do Município
 - Estruturação das Sedes



Auxílios e Subvenções 2008

- Documentação até 31 de Janeiro de 2008 , via protocolo do Município
 - Ofício dirigido ao Prefeito Municipal.
 - Ato constitutivo, devidamente registrado (Estatuto registrado em cartório).
 - Atestado de Regular Funcionamento nos últimos dois anos, firmado por três autoridades locais.
 - Ata, registrada em cartório, da eleição da diretoria atual.
 - Prova de Inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - Certidão Negativa da Fazenda Municipal.
 - Certidão Negativa do INSS e do FTGS ou declaração dos procedimentos adotados para regularização.
 - 3 Fotografias, impressas ou em meio digital.
 - Comprovação de fixação da Placa.
 - Plano de Trabalho para utilização dos Recursos.



Pré Projeto Orçamento 2007

Projetos Apresentados

45 Projetos

R\$ 821.481,70

Proposta Orçamentária:

38 Projetos

R\$ 623.370,00



Associações de Bairro Obras e Instalações



Entidade:	Associação dos Moradores da Vila Mota
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Crildásio da Silva Botelho
Projeto:	Reforma da Sede
Justificativa:	Tornar a sede maior
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação da Vila Custódio
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Elisa Izabel Custódio de Souza
Projeto:	Construir para Viver Bem
Justificativa:	Reforma, ampliação e conservação do prédio da sede da associação
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Assoc. de Moradores Bairro Cidade Alta e parte do Centro
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Azoildo Moreira Rodrigues
Projeto:	Saneamento e Higiene
Justificativa:	Melhorar as condições de higiene e saneamento
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores da Vila Charrua
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Nadir Brasil Kenne
Projeto:	Ampliação e Reforma do Prédio da Associação / Aquisição de Móveis e Utensílios
Justificativa:	Melhor desenvolver trabalhos sociais a comunidade
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Everaldo Ferreira de Almeida
Projeto:	Sede Associação de Moradores Bairro Bela Vista
Justificativa:	Construir uma sede para a Associação
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Cerro do Roque
Área de Atuação:	Associação De Moradores
Responsável:	Joacir Antônio Sarzi Sartori
Projeto:	Construção da Sede
Justificativa:	Espaço adequado para atividades
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia
Área de Atuação:	Assistência Social
Responsável:	Oclides Pagani Moreira
Projeto:	Colocação de Piso na Sede da Associação / Praça Infantil
Justificativa:	Tornar o local apropriado para realização de reuniões e eventos. Retirar as crianças que brincam nas ruas e trazê-las para brincar em um lugar seguro
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Vila Julieta
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura
Responsável:	Rita Elaine da Silva Borges
Projeto:	Ambiente Saudável
Justificativa:	Dar maiores condições de higiene nas áreas de copa, cozinha e unidades sanitárias
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Francisquinho
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura
Responsável:	Petronílho de Oliveira Leite
Projeto:	Construir e Reformar a Sede
Justificativa:	Melhorar as instalações para melhor atendimento dos moradores
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Entidade:	Associação de Moradores do Bairro São José
Área de Atuação:	Assistência Social
Responsável:	Antônio A. C. Cardoso
Projeto:	Praça de Lazer Infantil com Cerca
Justificativa:	As crianças do bairro não tem onde brincar
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Tradicionalismo


Entidade:	Centro de Tradições Gaúchas Vaqueanos da Querência
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Valdir Antônio da Silva Nogueira
Projeto:	Reforma do Prédio
Justificativa:	Necessidade de reforma no saneamento, banheiros e cozinha
Valor Auxílio	R\$ 2.000,0


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	Acampamento Farroupilha 2008	
Justificativa:	Proporcionar a comunidade cultura, lazer e integração	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Associação Grupo de Cavalgadas Pé no Estribo	
Área de Atuação:	Cultura e Desporto	
Responsável:	Rosita Santos Sampaio	
Projeto:	Cavalcada da Busca da Chama 2008	
Justificativa:	Realizar a cavalcada da busca da Chama Crioula 2008	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	CTG Saudades do Pago	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Adão Pereira Dias	
Projeto:	Rodeio	
Justificativa:	Melhorias na Sede Social e Conservação na Sede Campeira	
Nº Pessoas Beneficiadas	500	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Piquete de Tradições Gaúchas Mate Amargo	
Área de Atuação:	Cultura e desporto	
Responsável:	Paulo Rogério P. de Almeida	
Projeto:	Evento Tradicionalista	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Grupo de Danças Rastros da Tradição	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Vilson Luiz P. dos Santos	
Projeto:	Aquisição materiais, equipamentos e acessórios para apresentação do grupo	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 500,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Piquete de Laçadores Recanto Verde	
Área de Atuação:	Cultura e Desporto	
Responsável:	Osmar de Anselmo Almeida	
Projeto:	Realização de um Rodeio	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	



Capacitação Profissional e Desenvolvimento Econômico



Pré Projeto Orçamento 2007		Programas 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Jovem Construtor faz Tudo	
Justificativa:	Desenvolvimento de cursos para preparar os alunos	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Capacitar	
Justificativa:	Desenvolver cursos de qualificação profissional	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Hortas Domiciliares	
Justificativa:	Desenvolver práticas de organização de horta domiciliar, promovendo capacitação	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Moradores Bairro Medianeira – AMBMED	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Edílson Nunes Francisco	
Projeto:	Dançando para não Dançar	
Justificativa:	Despertar e resgatar a auto-estima da criança e adolescente	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.101
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	XXI Expofeira	
Justificativa:	Promoção e comercialização de produtos agropecuários, máquinas e implementos	
Valor Auxílio	R\$ 3.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	ABART	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Leci Freitas Pereira	
Projeto:	Conquistar e Assegurar Emprego, Renda e Estabilidade	
Justificativa:	Desenvolver o trabalho dos artesãos	
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programas 2.035 e 2.033
Entidade:	ABEUS	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Jorge Vanderlei Souza Oliveira	
Projeto:	Transporte de Estudantes	
Justificativa:	Transportar a um preço acessível alunos para as faculdades	
Nº Pessoas Beneficiadas	85	
Valor Auxílio	R\$ 23.200,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.167
Entidade:	IECPAC	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	José Maria Medeiros	
Projeto:	Preparando Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente	
Justificativa:	Pessoas que não possuem condições financeiras de pagar um curso profissionalizante	
Valor Auxílio	R\$ 20.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Circ. Pais e Mestres Int. Est. Marechal Rondon	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Ângela Beatriz Nunes Leal	
Projeto:	Reforma da Sala de Máquinas	
Justificativa:	Reforma da sala de máquinas	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Cultura e Lazer



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá – SMIB	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Carnaval de Rua, com desfile dos figurantes da 3ª idade	
Nº Pessoas Beneficiadas	220	
Valor Auxílio	R\$ 2.500,00	



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.085
Entidade:	AMTREL	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Adão Helvio de Lima Azzi	
Projeto:	IV Festa Rural de Butiá	
Justificativa:	Integrar as comunidades rurais e urbanas	
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00	



		Programa 2.119
Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá – SMIB	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson	
Projeto:	Aluguel da Sede	
Justificativa:	Locação de imóvel para desempenho das atividades dos sócios da 3ª idade	
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00	



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Sociedade Bochófila União e Amizade	
Área de Atuação:	Desporto	
Responsável:	Décio Queiroz Pereira	
Projeto:	Cobertura Nova	
Justificativa:	Troca da madeira da estrutura do telhado	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	SOREI	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Madalena Pocharski	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Ajuda para o desfile de carnaval	
Nº Pessoas Beneficiadas	200	
Valor Auxílio	R\$ 2.500,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	Grupo Bloco Carnavalesco Avacalhação	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Adão Cleiton Lealda Silva	
Projeto:	Carnaval Municipal 2008	
Justificativa:	Difundir a cultura popular através do carnaval	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

		Programa 2.119
Entidade:	SOREI	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Madalena Pocharski	
Projeto:	Aluguel 2008	
Justificativa:	Pagamento de aluguel	
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00	

Entidade:	Associação do Moto Grupo Rota 290
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura e Desporto
Responsável:	Carlos Roberto Pereira de Almeida
Projeto:	8º Carbomoto
Justificativa:	Encontro de motocicletas com o benefício financeiro e turístico para nossa cidade
Valor Auxílio	R\$ 7.500,00

Entidade:	Associação Cultural Butiaense
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Liege dos Santos Vitória
Projeto:	Festa do Butiá
Justificativa:	Proporcionar a comunidade Butiaense momentos de diversão, lazer e divulgação da cultura
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00

Saúde e Assistência Social

Entidade:	FUMSA
Área de Atuação:	Saúde
Responsável:	Celestino Munari
Projeto:	Atendimento de Saúde
Justificativa:	Auxiliar na compra de medicamentos, Mat. Hospitalar, pagamento da folha de pessoal, etc.
Valor Auxílio	R\$ 450.000,00

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio para a 3ª Festa Campeira APAEANA	
Justificativa:	Adquirir recursos para mão-de-obra da construção da APAE	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio de manutenção para APAE/Butiá	
Justificativa:	Cobertura de despesas de custeio, materiais de consumo, serviços de terceiros e outros encargos	
Valor Auxílio	R\$ 18.720,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.037
Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Mercado de Trabalho	
Justificativa:	Visa a geração de renda e a inclusão dos PDDs no mercado de trabalho	
Valor Auxílio	R\$ 24.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.115
Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Convênio para Fabricação de Fraldas	
Justificativa:	Geração de Empregos e Renda	
Nº Pessoas Beneficiadas	Diversas	
Valor Auxílio	R\$ 12.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007

Entidade:	Bloco Avacalhação
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Adão Cleiton
Projeto:	Carnaval 2007
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2007
Nº Pessoas Beneficiadas	200
Valor Auxílio	R\$ 1.500,00

Entidade:	Blocos Carnavalescos
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Guilherme Machado
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2008
Nº Pessoas Beneficiadas	Comunidade em geral
Valor Auxílio	R\$ 6.000,00

Entidade:	Grupo de Apoio a Polícia Civil de Butiá – GAP
Área de Atuação:	Segurança
Responsável:	Gilberto Marina Rodrigues
Projeto:	Segurança Pública
Justificativa:	Proporcionar mais segurança a comunidade
Nº Pessoas Beneficiadas	População em geral
Valor Auxílio	R\$ 8.400,00



Butiá, 27 de dezembro de 2007.

MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2597/2007

SENHOR PRESIDENTE:

Após o encaminhamento do Projeto de Lei nº 2597/2007, constatou-se a necessidade de alterações no Anexo I, as quais solicitamos a Vossa Excelência que sejam procedidas as retificações, conforme novo documento que substituirá o Anexo.

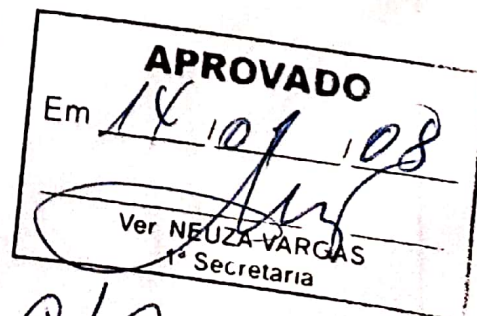
Justificamos a presente retificação face a alteração das Entidades interessadas em participar do Carnaval 2008, visto a inclusão de um novo Bloco e o não interesse na participação de uma das Escolas de Samba.

Contando com a compreensão dessa Casa Legislativa, enviamos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,


SÉRGIO SEVERO MALTA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. LEANDRO FELÍCIO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
BUTIÁ - RS



C/EMENDAS

Auxílios e Subvenções 2007

- Prioridades nos Projetos
 - Saúde
 - Geração de Renda / Ensino Profissionalizante
 - Continuidade dos Eventos do Município
 - Estruturação das Sedes

Auxílios e Subvenções 2008


- Documentação até 31 de Janeiro de 2008 , via protocolo do Município
 - Ofício dirigido ao Prefeito Municipal.
 - Ato constitutivo, devidamente registrado (Estatuto registrado em cartório).
 - Atestado de Regular Funcionamento nos últimos dois anos, firmado por três autoridades locais.
 - Ata, registrada em cartório, da eleição da diretoria atual.
 - Prova de Inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - Certidão Negativa da Fazenda Municipal.
 - Certidão Negativa do INSS e do FGTS ou declaração dos procedimentos adotados para regularização.
 - 3 Fotografias, impressas ou em meio digital.
 - Comprovação de fixação da Placa.
 - Plano de Trabalho para utilização dos Recursos.

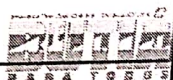
Pré Projeto Orçamento 2007

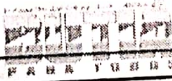
Projetos Apresentados
45 Projetos R\$ 821.481,70


Proposta Orçamentária:
38 Projetos R\$ 623.370,00


Associações de Bairro Obras e Instalações


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação dos Moradores da Vila Mota	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Crildásio da Silva Botelho	
Projeto:	Reforma da Sede	
Justificativa:	Tornar a sede maior	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação da Vila Custódio	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Elisa Izabel Custódio de Souza	
Projeto:	Construir para Viver Bem	
Justificativa:	Reforma, ampliação e conservação do prédio da sede da associação	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. de Moradores Bairro Cidade Alta e parte do Centro	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Azoildo Moreira Rodrigues	
Projeto:	Saneamento e Higiene	
Justificativa:	Melhorar as condições de higiene e saneamento	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Charrua	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Nadir Brasil Kenne	
Projeto:	Ampliação e Reforma do Prédio da Associação / Aquisição de Móveis e Utensílios	
Justificativa:	Melhor desenvolver trabalhos sociais a comunidade	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Bela Vista	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Everaldo Ferreira de Almeida	
Projeto:	Sede Associação de Moradores Bairro Bela Vista	
Justificativa:	Construir uma sede para a Associação	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Cerro do Roque	
Área de Atuação:	Associação De Moradores	
Responsável:	Joacir Antônio Sarzi Sartori	
Projeto:	Construção da Sede	
Justificativa:	Espaço adequado para atividades	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Oclides Pagani Moreira	
Projeto:	Colocação de Piso na Sede da Associação / Praça Infantil	
Justificativa:	Tornar o local apropriado para realização de reuniões e eventos. Retirar as crianças que brincam nas ruas e trazê-las para brincar em um lugar seguro	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Vila Julieta	
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura	
Responsável:	Rita Elaine da Silva Borges	
Projeto:	Ambiente Saudável	
Justificativa:	Dar maiores condições de higiene nas áreas de copa, cozinha e unidades sanitárias	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Francisquinho	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura	
Responsável:	Petronílho de Oliveira Leite	
Projeto:	Construir e Reformar a Sede	
Justificativa:	Melhorar as instalações para melhor atendimento dos moradores	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	




Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Bairro São José	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Antônio A. C. Cardoso	
Projeto:	Praça de Lazer Infantil com Cerca	
Justificativa:	As crianças do bairro não tem onde brincar	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.086
<h1>Tradicionalismo</h1>		



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.086
Entidade:	Centro de Tradições Gaúchas Vaqueanos da Querência	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Valdir Antônio da Silva Nogueira	
Projeto:	Reforma do Prédio	
Justificativa:	Necessidade de reforma no saneamento, banheiros e cozinha	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,0	



Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	Acampamento Farroupilha 2008	
Justificativa:	Proporcionar a comunidade cultura, lazer e integração	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Associação Grupo de Cavalgadas Pé no Estribo	
Área de Atuação:	Cultura e Desporto	
Responsável:	Rosita Santos Sampaio	
Projeto:	Cavalgada da Busca da Chama 2008	
Justificativa:	Realizar a cavalgada da busca da Chama Crioula 2008	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	CTG Saudades do Pago	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Adão Pereira Dias	
Projeto:	Rodeio	
Justificativa:	Melhorias na Sede Social e Conservação na Sede Campeira	
Nº Pessoas Beneficiadas	500	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Piquete de Tradições Gaúchas Mate Amargo	
Área de Atuação:	Cultura e desporto	
Responsável:	Paulo Rogério P. de Almeida	
Projeto:	Evento Tradicionalista	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

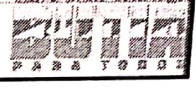
Entidade:	Grupo de Danças Rastros da Tradição
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Vilson Luiz P. dos Santos
Projeto:	Aquisição materiais, equipamentos e acessórios para apresentação do grupo
Justificativa:	Promover as tradições do RS
Valor Auxílio	R\$ 500,00


Entidade:	Piquete de Laçadores Recanto Verde
Área de Atuação:	Cultura e Desporto
Responsável:	Osmar de Anselmo Almeida
Projeto:	Realização de um Rodeio
Justificativa:	Promover as tradições do RS
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00


Capacitação Profissional e Desenvolvimento Econômico

Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação
Responsável:	Florianô Antônio Almeida
Projeto:	Jovem Construtor faz Tudo
Justificativa:	Desenvolvimento de cursos para preparar os alunos
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Capacitar	
Justificativa:	Desenvolver cursos de qualificação profissional	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Hortas Domiciliares	
Justificativa:	Desenvolver práticas de organização de horta domiciliar, promovendo capacitação	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Moradores Bairro Medianeira – AMBMED	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Edílson Nunes Francisco	
Projeto:	Dançando para não Dançar	
Justificativa:	Despertar e resgatar a auto-estima da criança e adolescente	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.101
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	XXI Expofeira	
Justificativa:	Promoção e comercialização de produtos agropecuários, máquinas e implementos	
Valor Auxílio	R\$ 3.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	ABART	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Leci Freitas Pereira	
Projeto:	Conquistar e Assegurar Emprego, Renda e Estabilidade	
Justificativa:	Desenvolver o trabalho dos artesãos	
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programas 2.035 e 2.033
Entidade:	ABEUS	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Jorge Vanderlei Souza Oliveira	
Projeto:	Transporte de Estudantes	
Justificativa:	Transportar a um preço acessível alunos para as faculdades	
Nº Pessoas Beneficiadas	85	
Valor Auxílio	R\$ 23.200,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.167
Entidade:	IECPAC	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	José Maria Medeiros	
Projeto:	Preparando Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente	
Justificativa:	Pessoas que não possuem condições financeiras de pagar um curso profissionalizante	
Valor Auxílio	R\$ 20.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Circ. Pais e Mestres Int. Est. Marechal Rondon	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Ângela Beatriz Nunes Leal	
Projeto:	Reforma da Sala de Máquinas	
Justificativa:	Reforma da sala de máquinas	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Cultura e Lazer



Pré Projeto Orçamento 2007

Programa 2.085

Entidade:	AMTREL
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura
Responsável:	Adão Helvio de Lima Azzi
Projeto:	IV Festa Rural de Butiá
Justificativa:	Integrar as comunidades rurais e urbanas
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00



Programa 2.119

Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá – SMIB
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson
Projeto:	Aluguel da Sede
Justificativa:	Locação de imóvel para desempenho das atividades dos sócios da 3ª idade
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00



Pré Projeto Orçamento 2007

Programa 2.119

Entidade:	Sociedade Bochófila União e Amizade
Área de Atuação:	Desporto
Responsável:	Décio Queiroz Pereira
Projeto:	Cobertura Nova
Justificativa:	Troca da madeira da estrutura do telhado
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00



Programa 2.119	
Entidade:	SOREI
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Madalena Pocharski
Projeto:	Aluguel 2008
Justificativa:	Pagamento de aluguel
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 1.043	
Entidade:	Associação do Moto Grupo Rota 290
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura e Desporto
Responsável:	Carlos Roberto Pereira de Almeida
Projeto:	8º Carbomoto
Justificativa:	Encontro de motocicletas com o benefício financeiro e turístico para nossa cidade
Valor Auxílio	R\$ 7.500,00

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.085	
Entidade:	Associação Cultural Butiaense
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Liege dos Santos Vitória
Projeto:	Festa do Butiá
Justificativa:	Proporcionar a comunidade Butiaense momentos de diversão, lazer e divulgação da cultura
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.084	
Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá – SMIB
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Carnaval de Rua, com desfile dos figurantes da 3ª idade
Nº Pessoas Beneficiadas	220
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	SOREI	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Madalena Pocharski	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Ajuda para o desfile de carnaval	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	Grupo Bloco Carnavalesco Avacalhação	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Adão Cleiton Lealda Silva	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Difundir a cultura popular através do carnaval	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007	
Entidade:	Bloco Holligangs
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Diego Silva
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2008
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00

Pré Projeto Orçamento 2007	
Entidade:	Escola de Samba Estrela Cadente
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	João Carlos Goulart
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2008
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00

Saúde e Assistência Social




Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio para a 3ª Festa Campeira APAEANA	
Justificativa:	Adquirir recursos para mão-de-obra da construção da APAE	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	


Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.068
Entidade:	FUMSA	
Área de Atuação:	Saúde	
Responsável:	Celestino Munari	
Projeto:	Atendimento de Saúde	
Justificativa:	Auxiliar na compra de medicamentos, Mat. Hospitalar, pagamento da folha de pessoal, etc.	
Valor Auxílio	R\$ 450.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio de manutenção para APAE/Butiá	
Justificativa:	Cobertura de despesas de custeio, materiais de consumo, serviços de terceiros e outros encargos	
Valor Auxílio	R\$ 18.720,00	


Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Área de Atuação:	Assistência Social
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes
Projeto:	Mercado de Trabalho
Justificativa:	Visa a geração de renda e a inclusão dos PDDs no mercado de trabalho
Valor Auxílio	R\$ 24.000,00



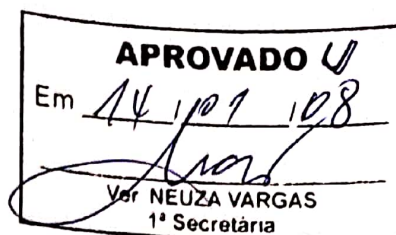
Entidade:	APAE– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Área de Atuação:	Assistência Social
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes
Projeto:	Convênio para Fabricação de Fraldas
Justificativa:	Geração de Empregos e Renda
Nº Pessoas Beneficiadas	Diversas
Valor Auxílio	R\$ 12.000,00



Entidade:	Grupo de Apoio a Polícia Civil de Butiá – GAP
Área de Atuação:	Segurança
Responsável:	Gilberto Marina Rodrigues
Projeto:	Segurança Pública
Justificativa:	Proporcionar mais segurança a comunidade
Nº Pessoas Beneficiadas	População em geral
Valor Auxílio	R\$ 8.400,00



EMENDA



OBJETO: Projeto de Lei n. 2597/2007

ASSUNTO: Anexo I do projeto de Auxílio e Subvenções/2008.

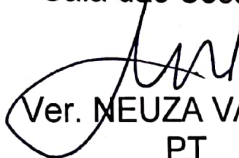
EMENDA N. 02 – MODIFICATIVA –

Artigo 1º - O Programa 2084 que trata de Auxílios e Subvenções para SOREI e SMIB no Projeto CARNAVAL/2008, passa a ter sua justificativa nos seguinte termos:

JUSTIFICATIVA

Confraternizar com a população Butiaense no carnaval/2008.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2008.


Ver. NEUZA VARGAS
PT

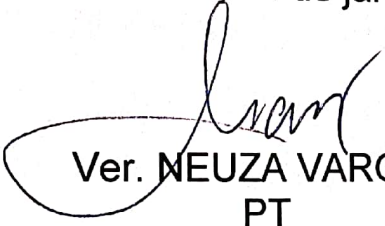

Ver. IRANI MARTINS DE MEDEIROS
PSB

JUSTIFICATIVA

A redação que apresentamos está de acordo como o proposto para as demais entidades que receberão auxílio municipal.

Registre-se que a alteração busca apenas uma melhor disposição baseado no projeto apresentado, garantindo o recebimento dos valores pelas entidades.

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2008.



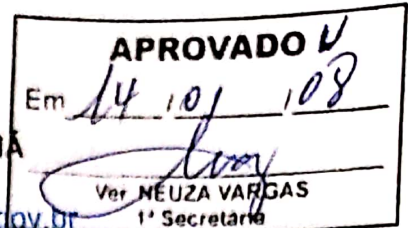
Ver. NEUZA VARGAS
PT



Ver. IRANI MARTINS DE MEDEIROS
PSB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 652-1780
Fone 652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL



OBJETO: Projeto de Lei 2597/2007

ASSUNTO: Anexo I do Projeto de Lei de Auxílios e Subvenções 2008

EMENDA Nº 03

Artigo 1º - Os valores do auxílio do Projeto Hortas Domiciliares é transferido para o Projeto CAPACITAR.

Artigo 2º - O Projeto Capacitar terá auxílio de R\$ 4.000,00.

Artigo 3º - Exclui-se o Projeto Hortas Domiciliares do referido Anexo I.

JUSTIFICATIVA

Analisando os três projetos apresentados pela A. M. Vila Nova verifica-se que os valores dos auxílios disponibilizados não oferecem condições para o desenvolvimento dos projetos, pois o Plano de Aplicação registra que o Projeto Capacitar tem um custo de R\$ 13.000,00, o Projeto Hortas Domiciliares (R\$ 8.600,00) e o Projeto Jovem Construtor Faz Tudo (R\$ 10.000,00).

A Entidade proponente dos projetos não tem condições de arcar com tão alta contrapartida.

Esta solicitação tem por base reivindicação da entidade beneficiária (A. M. Vila Nova).

Sala das Sessões, 14 de janeiro de 2008.


Ver. Irani Martins de Medeiros
Presidente


Ver. Neuza Vargas
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Vistos ...

Considerando Projeto de Lei n. n. 2597/2007, que disciplina acerca de auxílios e subvenções para o ano de 2008, manifestamo-nos nos seguintes termos:

1. A Emenda Modificativa n. 01 apresenta-se, s.m.j., ilegal pois fere a Lei Federal n. 11.300 de 10 de maio de 2006 em seu parágrafo 10 do Artigo 73.

Salienta-se que "a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios para particular, pela Administração Pública, no ano eleitoral, deve consistir em uma ação governamental prevista em programa municipal instituído e regulamentado em lei de caráter geral, que preveja os tipos de auxílios ou subvenções que poderão ser concedidos, assim como os requisitos que os interessados devem cumprir para obter os benefícios, cabendo ao órgão competente do Poder Executivo a análise dos respectivos pedidos e satisfação para o deferimento".

Ademais, o prazo constante no edital que tratou sobre auxílios e subvenções para 2008 já encerrou; o pré-projeto apresentado e protocolizado na Prefeitura não contempla os recursos da emenda apresentada.

Registre-se, ainda, que anexo segue parecer expedido pela Delegações das Prefeituras Municipais - DPM, abordando exaustivamente a matéria e que é passado a todos os colegas Vereadores, objetivando que observem as restrições advindas da lei eleitoral no presente ano.

Registre-se que o Poder executivo Municipal poderá no ano em curso firmar convênios com o próprio Estado do Rio Grande do Sul, para auxiliá-lo na execução dos projetos da área da segurança, como referido no parecer que passa a integrar este, como se transcrito estivesse, o que não se faz para evitar tautologia.

2. As Emendas Modificativas n. 02 e 03, por não alterarem valores, mas tão somente normalizá-los em conformidade com os projetos

apresentados e garantindo suas execuções, bem como o fato de terem integrado o plano de auxílio e subvenções de 2007, observam a legislação vigente e estão aptos a serem aprovados.

ISSO POSTO, afirmamos que o Projeto de Lei e as Emendas n. 02 e 03, estão aptos a serem apreciados, considerando que em absoluta consonância a legislação constitucional e infraconstitucional; quanto a Emenda Modificativa n. 01, manifestamo-nos pela ilegalidade, pois em desacordo com a legislação federal vigente.

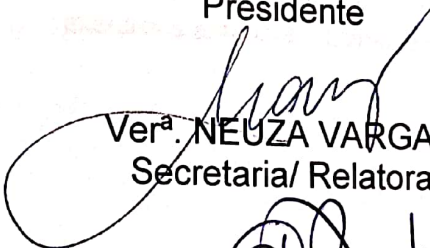
É o Parecer.

Remeta-se cópia ao Sr. Prefeito Municipal.

À apreciação.

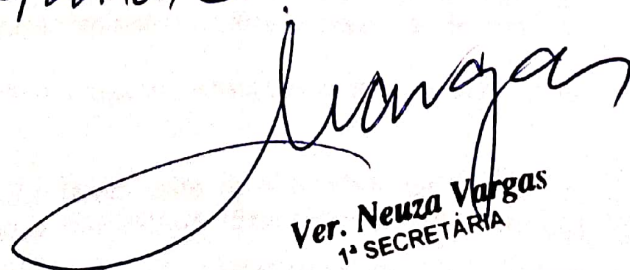
Butiá, 14 de janeiro de 2008.


Ver^a. IRANI MARTINS DE MEDEIROS
Presidente


Ver^a. NEUZA VARGAS
Secretaria/ Relatora


Ver. MAURÍCIO RONI DE SOUZA PEREIRA
Integrante

*Emenda nº 01 retirada
pelo AUTOR*


Ver. Neuza Vargas
1ª SECRETÁRIA

INFORMAÇÃO N.º

65

Interessado:

Município de [...] /RS, Poder Executivo.
[...].

Consultante:

Destinatário:

Prefeito Municipal.

Assunto:

Vedação legal de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, por parte da Administração Pública, no ano eleitoral.

Ementa:

1. A introdução do § 10, no artigo 73 da Lei Federal n.º 9.504/1997, que veda a distribuição de bens, valores ou benefícios em anos eleitorais, mesmo que de caráter nitidamente assistencial, pretende evitar o favorecimento de mandatário reelegível ou do candidato de seu partido, com ações decorrentes de programas criados para iniciar no ano em que ocorrem as eleições, influenciando o processo eleitoral, inclusive com a captação de sufrágio.

2. Análise de diferentes situações de destinação de recursos públicos a entidades privadas que, apesar de não existir, no Município, lei de caráter geral que discipline tais benefícios, eram implementadas em exercícios anteriores. Considerações.

Por intermédio do Of. SAF n.º 177/2007, é consultada esta DPM acerca da vedação legal de distribuição gratuita de bens, valores e benefícios por parte da Administração Pública, em ano de eleições, elencando as seguintes situações:

1. Este Município concede auxílios para entidades e pessoas físicas (não há lei normatizando essas concessões) e, por isso, solicitamos maiores esclarecimentos quanto ao enquadramento nos "programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária em 2007".
2. Relataremos a seguir as situações existentes diante das quais paira a dúvida quanto a possibilidade de se continuar concedendo os auxílios.
 - 2.1 Assim, temos o CTG, a AVIPAI (entidade assistencial que trata de dependentes químicos), e o CONSEPRO, cujas concessões são precedidas de autorização legislativa e posterior prestação de contas.
 - 2.1.1 Quanto ao CONSEPRO, o auxílio mensal cessa em dezembro, cfme. a lei.
 - 2.2 Temos os eventos, que fazem parte do "Calendário de Eventos do Município", tais como a EXPOMAUÁ (Exposição-Feira), a Festa dos

Navegantes, a Festa do Imigrante Italiano e o FESTIJUBA (Festival da Canção), cujos auxílios não estão previstos, especificamente, em lei.

2.2.1 Nestes casos, a entidade promotora é, por exemplo, a Comunidade Católica; a Prefeitura é apenas um patrocinador do evento.

2.3 Há, ainda, os auxílios para pessoas físicas liberados através da Assistência Social, como a aquisição de óculos, por exemplo.

2.3.1 Da mesma forma, não há lei regendo as concessões destes auxílios.

Examinada a questão proposta, nosso Departamento de Assuntos Jurídicos passa a expender as considerações e conclusões que seguem.

1. A Lei Federal n.º 11.300, de 10 de maio de 2006, que dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterou a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que, por sua vez, estabelece normas para a realização de eleições, e constituiu-se em uma mini-reforma do sistema eleitoral, cujos objetivos principais consistem em diminuir as fontes de despesas das campanhas eleitorais, conferindo maior transparência à origem dos recursos e sua respectiva prestação de contas, assim como coibir práticas financeiras irregulares, tendentes a causar um desequilíbrio na disputa eleitoral.

Nessa esteira, a Lei Federal n.º 11.300/2006 incluiu o § 10º ao artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997, com a seguinte redação:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

A introdução dessa vedação à distribuição gratuita de bens em ano eleitoral, mesmo que tal distribuição seja de caráter nitidamente assistencial, pretende evitar o beneficiamento do mandatário reelegível ou de candidato do seu partido com ações decorrentes de programas criados no ano em que ocorrem as eleições, influenciando o processo eleitoral, inclusive com a possível captação de sufrágio.

2. As exceções previstas pelo legislador no aludido § 10, limitam-se aos casos de calamidade pública e estado de emergência, assim como às ações previstas em programas municipais, instituídos por leis (de caráter geral, que preservem a isonomia e a impessoalidade no tratamento dos interessados), já em execução orçamentária no exercício anterior ao da realização das eleições.

2.1. A calamidade pública se caracteriza por situações anormais, provocadas por desastres, que causam sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes, conforme dispõe o inciso IV, do artigo 2º, do Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, o qual trata do Sistema Nacional de Defesa Civil. Por sua vez, o estado de emergência se configura nas hipóteses em que há urgência no atendimento de situação que possa causar prejuízos ou comprometer a segurança da população, de obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares.¹

2.2. A última hipótese de exceção tem sido objeto de dúvidas e questionamentos, uma vez que muitos Municípios ressentem-se de serem impedidos de conceder auxílios e subvenções no ano eleitoral. Por essa razão, é necessário tecer algumas considerações para a adequada interpretação do § 10 do artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997, a fim de estabelecer os limites ao implemento de ações previstas em programas sociais beneficentes.

A distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios para particulares, pela Administração Pública, no ano eleitoral, deve consistir em uma ação governamental prevista em programa municipal instituído e regulamentado em lei de caráter geral, que preveja os tipos de auxílios ou subvenções que poderão ser concedidos, assim como os requisitos que os interessados devem cumprir para obter os benefícios, cabendo ao competente órgão do Poder Executivo a análise dos respectivos pedidos e satisfação das condições para o seu deferimento.

Contudo, não basta a previsão legal, conforme aduz expressamente o referido § 10: é mister que o programa já esteja em execução no exercício anterior ao da realização das eleições. Na prática, isso significa que só poderão ser distribuídos

¹ Sobre a matéria: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 15ª ed.. São Paulo: Atlas, 2003. p. 313-314.

gratuitamente bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, no ano de 2008, se o programa tiver sido criado e estiver em execução orçamentária no ano de 2007

3. Nesta senda, é importante diferenciar duas formas de concessão de vantagens do Poder Público aos particulares: (a) os programas criados para atender determinada demanda social, os quais são instituídos e regulamentados por lei geral, que estabelece critérios isonômicos e impessoais de tratamento aos interessados no benefício, e (b) a lei específica que autoriza auxílios e subvenções com fundamento no artigo 26, da Lei Complementar n.º 101, de 5 de maio de 2000.²

Essa segunda modalidade de concessão de benefícios a particulares, por leis específicas, em que pese deva atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, individualiza o repasse, uma vez que a própria lei deve conter o nome do beneficiado e o valor do repasse que será efetuado pelo Poder Público.

Essa espécie de auxílio, subvenção ou contribuição, no ano eleitoral, que beneficiar, especificamente, determinadas pessoas ou entidades, poderá, direta ou indiretamente, influenciar no equilíbrio da disputa entre os candidatos a cargos eletivos. Em razão disso, deve ser evitada, pois, como dito, são potencialmente tendentes a afetar a competição eleitoral.

Assim, no ano em que ocorrerem as eleições, só serão permitidos os auxílios, subvenções ou contribuições de qualquer espécie, por parte do Poder Público pertinentes aos programas criados e em execução no exercício anterior.

² Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípua, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

4. Para tanto, não basta a mera previsão orçamentária dos recursos destinados a esse fim, uma vez que tais previsões consistem em uma autorização do emprego de determinada verba pública em finalidades específicas – o que não gera qualquer direito subjetivo para as instituições privadas.³ O uso das verbas públicas previstas nas leis orçamentárias deve, portanto, ser disciplinado em lei própria, que preveja os fins a serem alcançados e os requisitos a serem preenchidos pelos beneficiários.

Disso deduz-se que, para viabilizar a destinação de recursos públicos a particulares, no ano em que se realizar as eleições, as exigências do § 10, do artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997 devem ser cumpridos pelo Poder Público municipal.

5. Feitas essas considerações, é importante destacar a informação contida na consulta de que “este Município concede auxílios para entidades e pessoas físicas (não há lei normatizando essas concessões) [...]”. Preliminarmente cumpre salientar que a realização de despesas não previstas em lei é ato administrativo considerado não autorizado, irregular e lesivo ao patrimônio público, conforme o artigo 15, da Lei Complementar n.º 101/2000, que exige, ainda, o atendimento ao disposto nos artigos 16 e 17, do mesmo diploma legal.⁴

Não é suficiente, assim, a previsão orçamentária da despesa. Necessária, também, lei que regule sua destinação quando for para pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

³ Esse entendimento é ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, que já se manifestou sobre a matéria nos seguintes termos: “o simples fato de ser incluída, no orçamento, uma verba de auxílio a esta ou àquela instituição não gera, de pronto, direito a esse auxílio (RE n.º 34.581-DF) e “A previsão da despesa, em lei orçamentária, não gera direito subjetivo a ser assegurado por via judicial” (RE n.º 75.908-PR).

⁴ Conforme TOLEDO JR. e ROSSI (2001, 90): “A geração de despesa será precedida por novas providências administrativas (art. 16, I e II); nesse âmbito, o gasto obrigatório de caráter continuado solicita, adicionalmente, o instituto da compensação financeira, que se dá mediante o corte de despesa ou o aumento de receita tributária própria (art. 17)”. In: **Lei de responsabilidade fiscal: comentada artigo por artigo**. São Paulo: Editora NDJ, 2001. p. 90.

6. O consulente expõe que alguns auxílios financeiros são concedidos a entidades privadas mediante lei autorizativa específica, com a posterior prestação de contas, como é o caso do centro de tradição gaúcha, da entidade assistencial que trata de dependentes químicos e do CONSEPRO, que recebe auxílio mensal – o qual cessa no fim do exercício. Outros valores são destinados à realização de eventos que fazem parte do “Calendário de Eventos do Município”, como é o caso da EXPOMAUÁ (Exposição-Feira), da Festa dos Navegantes, da Festa do Imigrante Italiano e do FESTIJUBA (Festival da Canção). Por fim, aduz a prática de auxílios para pessoas físicas, como a doação de óculos, os quais são adquiridos e repassados por meio da Secretaria de Assistência Social.

Cada um dos casos apresentados comporta diferentes análises, à luz do § 10, do artigo 73 da Lei Federal n.º 9.504/1997, razão pela qual passamos a analisá-los individualmente.

6.1. Os centros de tradições gaúchas têm como objetivo preservar e fomentar o interesse da comunidade pelas raízes das tradições do Rio Grande do Sul, especialmente no que tange à música, dança, indumentária, literatura e culinária, cujas peculiaridades, em cada um desses setores, identificam o povo gaúcho. Há, nesse sentido, um interesse público a ser preservado, principalmente quando tomado em consideração que os centros de tradição gaúcha funcionam, também, como local de agregação e convívio da comunidade.

Em tese, é possível o repasse de recursos públicos para o financiamento de atividades específicas dos centros de tradição gaúcha, o que está amparado na Constituição Federal, no inciso V do seu artigo 23, que dispõe sobre a competência concorrente dos entes federados para “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. Também o artigo 215 da Constituição da República aduz que o Estado “garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Havendo, portanto, fundamento constitucional, os entes federados podem criar programas de incentivo à cultura que visem ao fomento, incentivo e apoio às diferentes formas de expressão cultural, como dança, música, teatro, etc.

Se existir, nesse Município, programa dessa ordem criado e em execução orçamentária em exercícios anteriores a 2008, será possível, com fundamento no

mesmo, o repasse de recursos ao CTG, conforme aludido na consulta, para a continuidade das atividades também nesse ano eleitoral, pois não haverá afronta ao que dispõe o § 10, do artigo 73, da Lei Federal n.º 9.504/1997, que visa a obstar o repasse gratuito de verbas públicas, destituído de fundamento legal, a pessoas e entidades, o que poderia caracterizar a captação de sufrágio.

Disso deduz-se que, se não houver programa dessa ordem e o repasse financeiro feito ao CTG for gratuito, para o simples auxílio financeiro da entidade, o mesmo restará obstado pela norma em comento. De outra banda, se tal repasse não for gratuito, no sentido em que tomado pela lei eleitoral, destinando-se, ao fim, à produção cultural concreta, poderá ser realizado o auxílio, desde que mantidos o valor e a finalidade dos anos anteriores.

6.2. Da mesma forma, os recursos repassados para a entidade assistencial que trata de dependentes químicos (AVIPAI), ainda que presente o interesse público na medida, restarão prejudicados se não forem destinados com base em um programa específico da área da saúde ou da assistência social, o qual preveja a possibilidade de repasses às entidades destinadas especificamente ao cuidado de pessoas com necessidades específicas nessas áreas, arrolando os critérios e requisitos dessa destinação.

6.3. Com relação ao CONSEPRO – Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública – Organizações Não Governamentais (ONG) constituídas por colaboradores voluntários, cujo objetivo é auxiliar os órgãos de segurança pública, por meio de repasse de materiais e equipamentos, bem como da promoção de cursos e treinamentos em vista da melhoria dos serviços prestados pelos órgãos de segurança nos Municípios, temos que é constitucionalmente possível que o Município conceda auxílios e/ou subvenções, eis que a segurança pública, conforme determina o artigo 144 da Constituição Federal, é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, exercida “para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” através das polícias federal, rodoviária, ferroviária, civil, militar, municipal e corpo de bombeiros.

Contudo, como relatado na consulta, se a cada exercício é editada uma lei específica para a concessão desses valores, por força do § 10, do artigo 73 da Lei Federal n.º 9.504/1997, os mesmos não poderão ser implementados em 2008. Todavia, se o repasse for vinculado a um plano de trabalho e aplicação, apresentado pela entidade, para utilização dos recursos públicos, não se depara a vedação à sua continuidade, em 2008.⁵

7. Há, contudo, um potencial e perceptível interesse público nas ações implementadas por essas entidades auxiliadas financeiramente pelo Poder Público em exercícios anteriores a 2008. Por essa razão, em havendo ações específicas a serem realizadas por tais entidades, nas quais exista interesse público, há a possibilidade de serem firmados convênios, em que as ações sejam implementadas mediante mútua colaboração dos partícipes.

O convênio, em princípio, dispensa certame licitatório, sendo instrumento jurídico utilizado quando da união de esforços por entidades públicas ou entidade pública e privada, na busca de um mesmo objetivo, que é, de alguma maneira, o atendimento dos interesses da comunidade. Deverá haver, sempre, a efetiva união de esforços, ou seja, a entidade privada deverá, realmente, colaborar para o implemento do evento, e não, tão-somente, receber recursos públicos para administrá-los.

Nesse sentido é o ensinamento de GASPARINI (1995, 281) quando afirma que o convênio "pode ter por objeto qualquer coisa (obra, serviço, atividade, uso de certo bem), desde que encarne um interesse público".⁶

O convênio, conforme MEIRELLES (2000, 371):

⁵ Se o intuito do CONSEPRO com a requisição de recursos públicos municipais para o financiamento de suas atividades for o mero repasse dos mesmos para o custeio de despesas da polícia civil e da brigada militar – despesas públicas de responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, como determina § 6º, do artigo 144, da Constituição Federal – temos que a celebração de ajuste entre o Município e o Conselho será irregular. O Município, objetivando a alocação de recursos para o custeio de despesas relativas aos órgãos de segurança pública geridos pelo Estado do Rio Grande do Sul, deverá celebrar um termo de cooperação com o Governo do Estado, tal como faculta o artigo 62, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal.

⁶ GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. p. 281.

[...] é acordo, mas não é contrato. No contrato as partes têm interesses diversos e opostos; no convênio os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Por outras palavras: no *contrato* há sempre duas partes (podendo ter mais de dois signatários), uma que pretende o objeto do ajuste (a obra, o serviço etc.), outra que pretende a contraprestação correspondente (preço, ou qualquer outra vantagem) diversamente do que ocorre no *convênio*, em que não há partes, mas unicamente *partícipes* com as mesmas pretensões. Por essa razão, no convênio a posição jurídica dos signatários é uma só, idêntica para todos, podendo haver apenas diversificação na cooperação de cada um, segundo suas possibilidades para a consecução do objetivo comum, desejado por todos.⁷ [sic]

A celebração de convênio deverá atender aos requisitos do artigo 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que exige a aprovação do plano de trabalho e aplicação dos recursos, o qual deverá conter, no mínimo, a identificação do objeto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou as fases de execução, o plano de aplicação dos recursos financeiros, o cronograma de desembolso, a previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas.⁸

O termo de convênio deverá conter, obrigatoriamente, (a) cláusula com a previsão de liberação das parcelas, em conformidade com o plano de trabalho e aplicação e com o cronograma de desembolso; (b) cláusula com previsão de penalidade em caso de inadimplemento das condições e metas do convênio; (c) cláusula com previsão de fiscalização da aplicação dos recursos e prestação de contas das verbas públicas; e, (d) cláusula com previsão de devolução dos saldos dos recursos transferidos ao término da vigência do convênio.

8. Com relação aos valores destinados pela Administração Pública à realização de eventos inclusos no Calendário Oficial do Município, temos que nos casos em que o Poder Público pretenda unir esforços a entidades para a realização de eventos, será possível a celebração de convênio, nos termos delineados acima. Todavia, nos casos em que o evento é próprio do Município, a despesa já estará autorizada na lei que fixa o

⁷ MEIRELLES, Hely Lopes Meirelles. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 371.

⁸ Especial atenção deverá ser dada à necessidade de apresentação de plano de trabalho e de aplicação do recurso público. A toda evidência, mediante análise do plano de trabalho é que o Município avaliará acerca da efetiva existência de interesse público no ajuste.

calendário de eventos, a qual deverá ter a respectiva previsão orçamentária no PPA, LDO e LOA – caso contrário, deverá haver a prévia autorização legal.

§ 1. É importante frisar a necessária configuração do interesse público em cada um dos eventos a ser realizado com auxílio do Poder Público, bem como o rígido cumprimento dos requisitos indispensáveis a celebração de convênios, posto que os órgãos de fiscalização – Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e, especialmente, o Ministério Público Eleitoral – poderão questionar tais repasses que, se não forem realizados dentro dos limites do artigo 116 da Lei n.º 8.666/1993, poderão caracterizar burla ao § 10, do artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997.

§ 2. A consulta narra que, em alguns casos, a realização de eventos constantes do calendário oficial do Município tem como entidade promotora, por exemplo, a Comunidade Católica, sendo que o Poder Público apenas patrocina a realização do evento.

Recomendamos cautela com relação a celebração de ajustes com entidades religiosas, principalmente quando tais ajustes envolvem a destinação de recursos públicos. Isso porque a Constituição Federal de 1988 estatui a laicidade da República Federativa do Brasil, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos, assim como a liberdade de consciência e de crença, conforme o inciso VI, do artigo 5º. Por essa razão, a atual Constituição Federal, em seu artigo 19, inciso I, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

É claro, portanto, que a regra geral fixada na Constituição Federal veda ao Poder Público a prestação de auxílio para a prática de cultos religiosos ou subvenção às igrejas. Contudo, essa regra não é absoluta, podendo haver uma “colaboração” entre a Administração Pública e a entidade religiosa, a qual deverá visar, sempre, a um interesse público – o que poderá ocorrer, por exemplo, nas áreas da saúde, educação ou assistência social, que, embora sejam promovidas ou tenham participação de

igreja, não se destinam à atividade religiosa, mas, sim, a uma finalidade social, de interesse da coletividade.⁹

Contudo, ações destinadas à saúde, educação ou assistência social, ainda que executadas por entidades religiosas com auxílio financeiro do Poder Público, se não estiverem previstas em programas sociais em execução orçamentária nos exercícios anteriores a 2008 estarão vedadas por força do § 10, do artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997. Com relação aos eventos promovidos por tais entidades, os mesmos só poderão ser subvencionados pela Administração Pública se houver um interesse público na medida, com alcance à comunidade de modo geral, extrapolando os limites de determinada comunidade religiosa.

Aconselhamos, nessa senda, cautela em relação a tais eventos, pois a realização eventos de cunho assistencial, como, por exemplo, que englobem a realização de exames médicos, expedição gratuita de documentos, auxílio com cortes de cabelo, etc., são, via de regra, vedados pela norma eleitoral e a eventual realização dos mesmos, em 2008, apesar de defensável, se realizados em exercícios anteriores, em razão da tradição, não é recomendável.

9. Por fim, os auxílios prestados a pessoas físicas, como narrado na consulta, liberados pela Assistência Social, como a aquisição e destinação de óculos, sem lei geral estabelecendo os critérios para destinação gratuita dessa espécie de bem é expressamente vedada pelo § 10, do artigo 73, da Lei n.º 9.504/1997, uma vez que se caracteriza como distribuição gratuita de bem que não consta em lei que institua programa municipal dessa ordem, apesar de ser realizado em exercícios anteriores a 2008.

São as informações que reputamos satisfatórias à consulta.

ANA MARIA JANOVIK
OAB/RS N.º 69.769

CÉSAR ANTÔNIO PUPERI
OAB/RS N.º 21.810

BARTOLOMÉ BORBA
OAB/RS N.º 2.392

⁹ Nos casos de ingerência de entidades religiosas em campos de atuação estatal, a colaboração financeira para execução de metas de interesse público, em parceria com tais entidades, deverá ter seus contornos fixados em lei local, a ser editada pelo Município, definindo as medidas que poderão ser adotadas, primando pelo princípio da impessoalidade, a fim de não incorrer na discriminação de uma religião em favorecimento de outra.



REDAÇÃO FINAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butiá.rs.gov.br
www.camara-butiá.rs.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 2597/07

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CONCEDER AUXÍLIOS E/OU
SUBVENÇÕES NO EXERCÍCIO DO ANO
2008.**

SÉRGIO SEVERO MALTA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso
de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a conceder auxílios e/ou
subvenções nos termos da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a LDO/2008,
a LOA/2008, e nos termos da presente Lei, que estabelece o Plano de Auxílios e
Subvenções para o exercício do ano de 2008.

Art. 2º - Os Auxílios e/ou Subvenções de que trata o artigo 1º.,
somente poderão ser concedidos para:

- I - Círculo de Pais e Mestres (CPM) de Escolas sediadas do município;
- II - A Entidade ou Centros Culturais, artísticos, literários, recreativos e educacionais;
- III - A Entidades ou Centros Esportivos, de Saúde, Ciências e tecnologia, de
recuperação do indivíduo;
- IV - A Centros de Tradições Gaúchas (CTG), rodeios, piquetes, feiras de exposição,
Coordenadoria Municipal do MTG;
- V - A Entidades Assistenciais, como: EMATER, CNAE, ORFANATOS, ASILOS, APAE
e outros desse gênero;
- VI - A hospitais, sanatórios, fundações, centros médicos de análises, fisioterapia e
medicina em geral;
- VII - A escolas particulares (de qualquer gênero) no município, desde que, considerada
a sua relevância à comunidade;
- VIII - A escolas técnicas de preparação profissional, preparação física, psicológica e
outras do gênero;

[Assinatura]
Sérgio Severo Malta
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br
www.camara-butia.rs.gov.br

IX – As entidades religiosas e sindicais quando comprovada a utilização em projetos firmados em parceria com o Município, objetivando atender os munícipes nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura.

X – Clube de Escoteiros e assemelhados;

XI – A pessoas ou grupos organizados para prática de: ginástica, esportes de qualquer modalidade, grupos carnavalescos, Escolas de Samba, música, literatura, movimentos culturais e outros (submetidos a aprovação da Prefeitura Municipal):

XII – A pessoas carentes, em forma de: alimentos, medicamentos, vestuário, assistência médica, hospitalar, dentária, social, habitacional, erradicação de focos de insetos ou doenças transmissíveis, transporte funerário ou qualquer auxílio financeiro destinado a indigentes;

XIII – A estudantes de qualquer modalidade de ensino, na forma de: bolsas de estudo, passagens, mensalidades e/ou anuidades escolares, auxílio financeiro (submetido à comprovação), pagamento de matrícula, cursos de férias, intensivos, e outros, tendo que pertencer a Associações de estudantes ou mediante convênio com Instituições Educacionais.:

XIV – Participação Financeira ou em prêmios, material esportivos, e outros, em campeonatos municipais (incluindo os varzeanos), torneios municipais, intermunicipais ou interestaduais, quando houver grupo ou pessoas do município;

XV – A pessoa ou pessoas, quando estiverem representando o município por solicitação do Prefeito Municipal; tais como: rainha das piscinas, primeira prenda da região, concursos de beleza, de poesias, rainha, princesas e rei momo para o carnaval, e outros.

XVI – Às Associações de Moradores e UBAM.

XVII – Ao pequeno agricultor ou colono, em forma de: mudas, assistência técnica, e, quando possível, com mecanização agrícola, irrigação, corretivos e fertilizantes (comprovadas a sua necessidade ou pobreza); na abertura de corredores, colocação de bueiros e feitura de pequenas estradas para escoamento da produção;

XVIII - Ao desenvolvimento da pesca animal, vegetal, defesa ao meio ambiente, combate à erosão, ao reflorestamento, eletrificação rural, transportes e comunicação do meio rural;

XIX – Para distribuição de roupas, alimentos, doces, e outros, para o Natal da criança butiaense, campanhas do agasalho ou qualquer movimento de pessoas ou grupos neste sentido;

XX – A Entidades Estaduais e/ou Federais, a título de apoio em suas tarefas, tais como, Brigada Militar, Polícia Civil e outros;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butiá.rs.gov.br
www.camara-butiá.rs.gov.br

- XXI – Outros auxílios quando solicitados ao Prefeito Municipal, que os encaminhará ao órgão competente para seu parecer, que o devolverá para a aprovação ou não aprovação do Prefeito;
- XXII – A organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com termo de parceria firmado pelo Poder Público, de acordo com a Lei 9790/99.
- XXIII – A consórcios públicos legalmente instituídos.

Parágrafo Único - Outros Auxílios e/ou subvenções poderão ser solicitados ao Prefeito Municipal, que após ouvidas as secretarias e/ou órgãos competentes, apreciará o pedido.

Art. 3º - Terão prioridade nos recursos os pré-projetos constantes no Anexo I desta Lei, em razão da apresentação prévia, apreciação pelos Conselhos e discussão em Audiência Pública.

II – DA SOLICITAÇÃO DOS AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 4º – Todo o pedido de auxílio e/ou subvenções, deverá ser encaminhado através de ofício dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, já acompanhando de documentação discriminada no artigo 7º desta Lei, conforme Modelo Anexo II.

§ 1º - O ofício mencionado deverá ser subscrito pela diretoria da entidade, grupo ou pessoa (Presidente, Diretor, Patrão, Organizador, Dirigente, Secretário, e outros).

§ 2º - O ofício deverá conter, explicitado, o motivo da solicitação do auxílio.

§ 3º - O ofício poderá conter a nominata dos componentes da diretoria, ou representante legal, com o intuito de absorver o menor tempo e material possível.

§ 4º - No caso de diretorias compostas de muitas pessoas, seguir Artigo 8º, § 3º.

Art. 5º – O ofício e a documentação em processo padronizado, seguem as normas estabelecidas pela Administração, a fim de melhorar a organização e manter os serviços relativos a auxílios e/ou subvenções.

Parágrafo Único – Também deverá ser emitido tantas vias da documentação, quantas forem necessárias, para cada setor ou órgão municipal interessado no seu controle.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butiá.rs.gov.br
www.camara-butiá.rs.gov.br

Art. 6º – Recebido o ofício o Prefeito Municipal o encaminhará ao(s) Órgão (s) competentes para análise e emissão dos respectivos pareceres, salvo se:

- 1- For pedido de materiais ou serviços de valor insignificante;
- 2- For pedido em caráter de urgência e extrema necessidade;

Parágrafo Único – Os Secretários de Governo deverão manter em suas pastas registros, em fichários próprios dos auxílios e/ou subvenções inerentes as mesmas.

III – DA LIBERAÇÃO DOS AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 7º – A liberação de auxílio, sob qualquer forma (financeira, material ou serviço), somente será efetuado, após a aprovação do Sr. Prefeito Municipal, observando-se ainda:

I – DAS ENTIDADES

- A) – Ofício enviado ao Prefeito, conforme Modelo Anexo II;
- B) ato constitutivo, devidamente registrado (Estatuto);
- C) atestado de regular funcionamento nos últimos dois anos firmado por 3 (três) autoridades locais);
- D) ata de eleição de sua atual diretoria registrada;
- E) Comprovação da aplicação do(s) auxílio(s) recebido(s), no exercício imediatamente anterior.
- F) prova de inscrição no cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- G) Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal, na forma da Lei;
- H) Certidão Negativa do INSS (ou declaração dos procedimentos adotados para sua regularização);
- I) Certidão Negativa do FGTS (ou declaração dos procedimentos adotados para sua regularização);
- J) plano de aplicação para a utilização dos recursos, conforme Modelo Anexo II.
- K) a entidade proponente deverá entregar, no mínimo, 03 (três) fotografias, impressas ou em meio digital, que comprovem a aplicação dos recursos e fixação da placa na obra/evento.

II – DOS GRUPOS ORGANIZADOS

- A) – Ofício enviado ao Prefeito conforme Modelo do Anexo II, informando eventuais campanhas ou movimentos realizados na comunidade;
- B) Comprovação da prática regular de suas atividades (por uma entidade ou pessoa idônea);
- C) Cópia do Estatuto Social
- D) Nominata dos atuais componentes;

Neyza Vark
SECRETARIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butiá.rs.gov.br
www.camara-butiá.rs.gov.br

- E) Prestação de contas de qualquer auxílio já recebido (inclusive no mesmo ano ou mês);
F) plano de aplicação para a utilização dos recursos, conforme Modelo Anexo II.

III - DAS PESSOAS

- A) Comprovação do valor total da necessidade do auxílio (carnês, matrículas, orçamentos, pedidos, e outros.)
B) Nome da entidade ou classe que representa ou pertence (se for o caso). Em se tratando de pedido em nome próprio, filiação, número de documento de identificação e endereço;
C) Comprovação de pobreza, com laudo de Assistente Social.

IV - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE AUXÍLIOS E/OU SUBVENÇÕES

Art. 8º – A aplicação dos recursos recebidos da Prefeitura Municipal, deverá ser comprovada em noventa (90) dias imediatamente após o recebimento do recurso, sob pena de devolução do mesmo e/ou cancelamento de seu registro na prefeitura, para fins de recebimento de novos auxílios.

§ 1º – As pessoas, grupos ou entidades que já houverem fornecido comprovantes de despesas, no ato de solicitação de auxílio, estão dispensados, automaticamente, de comprovação posterior.

§ 2º – Aquelas que ainda não comprovaram a aplicação de recurso, deverão formalizá-la através de ofício de encaminhamento, dirigido ao Senhor Prefeito Municipal, assinado pela diretoria atual e poderá anexar ao mesmo, cópias de notas fiscais, recibos, ou outros documentos de comprovação.

§ 3º – Em caso de diretoria com grande número de componentes, será obrigatório apenas as assinaturas do presidente (ou equivalente) do tesoureiro, e do secretário (ou equivalente), conforme previsão estatutária.

§ 4º – Em caso de prêmios, os organizadores deverão encaminhar à Prefeitura Municipal, através de ofício, o resultado da competição, por ordem de classificação, bem como os respectivos nomes dos vencedores.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º – O Poder Público Municipal somente poderá conceder auxílios e/ou subvenções para projetos apresentados por entidades de cultos religiosos, igrejas, partidos políticos, entidades de representação de classe (sindicatos e associações), a empresas de fins lucrativos e diretamente às escolas municipais, estaduais e federais, mediante aprovação de lei específica com a devida justificativa.

W. Vargas
PREFEITO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: contato@camara-butia.rs.gov.br
www.camara-butia.rs.gov.br

Art. 10 – O Prefeito Municipal indicará, através de portarias, as pessoas que poderão autenticar documentos relacionados com a aplicação desta Lei, uma vez apresentados em via original para comprovação.

Parágrafo Único – Os documentos de prestação de contas poderão ser apresentados em duas vias, ou cópias, se comparadas com o original;

Art. 11 – Os recursos destinados à cobertura dos auxílios e/ou subvenções de que trata esta Lei, serão as constantes da Lei de Orçamento do exercício em curso;

Art. 12 – O Município repassará mensalmente, à Fundação Municipal de Saúde, subvenções para custeio de sua manutenção, observadas a realidade e condição financeira do Município;

Art. 13 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

SÉRGIO SEVERO MALTA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em

EVERTON RIBEIRO PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Ver^a **IRANI MARTINS DE MEDEIROS**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Auxílios e Subvenções 2007

■ Prioridades nos Projetos

- Saúde
- Geração de Renda / Ensino Profissionalizante
- Continuidade dos Eventos do Município
- Estruturação das Sedes

Auxílios e Subvenções 2008

- Documentação até 31 de Janeiro de 2008 , via protocolo do Município
 - Ofício dirigido ao Prefeito Municipal.
 - Ato constitutivo, devidamente registrado (Estatuto registrado em cartório).
 - Atestado de Regular Funcionamento nos últimos dois anos, firmado por três autoridades locais.
 - Ata, registrada em cartório, da eleição da diretoria atual.
 - Prova de Inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - Certidão Negativa da Fazenda Municipal.
 - Certidão Negativa do INSS e do FTGS ou declaração dos procedimentos adotados para regularização.
 - 3 Fotografias, impressas ou em meio digital.
 - Comprovação de fixação da Placa.
 - Plano de Trabalho para utilização dos Recursos.

Pré Projeto Orçamento 2007

Projetos Apresentados

45 Projetos

R\$ 821.481,70

Proposta Orçamentária:

38 Projetos

R\$ 623.370,00

Associações de Bairro Obras e Instalações

Neusa Vargas
SECRETÁRIA

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.119

Entidade:	Associação dos Moradores da Vila Mota
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Crildásio da Silva Botelho
Projeto:	Reforma da Sede
Justificativa:	Tornar a sede maior
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.119

Entidade:	Associação da Vila Custódio
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Elisa Izabel Custódio de Souza
Projeto:	Construir para Viver Bem
Justificativa:	Reforma, ampliação e conservação do prédio da sede da associação
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.119

Entidade:	Assoc. de Moradores Bairro Cidade Alta e parte do Centro
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Azoildo Moreira Rodrigues
Projeto:	Saneamento e Higiene
Justificativa:	Melhorar as condições de higiene e saneamento
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

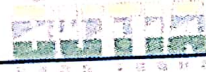
Pré Projeto Orçamento 2007 Programa 2.119

Entidade:	Associação de Moradores da Vila Charrua
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Nadir Brasil Kenne
Projeto:	Ampliação e Reforma do Prédio da Associação / Aquisição de Móveis e Utensílios
Justificativa:	Melhor desenvolver trabalhos sociais a comunidade
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00

Ver. Neuza Vargas
1ª SECRETARIA



Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto
Responsável:	Everaldo Ferreira de Almeida
Projeto:	Sede Associação de Moradores Bairro Bela Vista
Justificativa:	Construir uma sede para a Associação
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00



Entidade:	Associação de Moradores do Cerro do Roque
Área de Atuação:	Associação De Moradores
Responsável:	Joacir Antônio Sarzi Sartori
Projeto:	Construção da Sede
Justificativa:	Espaço adequado para atividades
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00



Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Santa Rita de Cássia
Área de Atuação:	Assistência Social
Responsável:	Oclides Pagani Moreira
Projeto:	Colocação de Piso na Sede da Associação / Praça Infantil
Justificativa:	Tornar o local apropriado para realização de reuniões e eventos. Retirar as crianças que brincam nas ruas e trazê-las para brincar em um lugar seguro
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00



Entidade:	Associação de Moradores do Bairro Vila Julieta
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura
Responsável:	Rita Elaine da Silva Borges
Projeto:	Ambiente Saudável
Justificativa:	Dar maiores condições de higiene nas áreas de copa, cozinha e unidades sanitárias
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00



Neuza
SECRE

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Francisquinho	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura	
Responsável:	Petronílho de Oliveira Leite	
Projeto:	Construir e Reformar a Sede	
Justificativa:	Melhorar as instalações para melhor atendimento dos moradores	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Associação de Moradores do Bairro São José	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Antônio A. C. Cardoso	
Projeto:	Praça de Lazer Infantil com Cerca	
Justificativa:	As crianças do bairro não tem onde brincar	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.086
Tradicionalismo		

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.086
Entidade:	Centro de Tradições Gaúchas Vaqueanos da Querência	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Valdir Antônio da Silva Nogueira	
Projeto:	Reforma do Prédio	
Justificativa:	Necessidade de reforma no saneamento, banheiros e cozinha	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	Acampamento Farroupilha 2008	
Justificativa:	Proporcionar a comunidade cultura, lazer e integração	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Associação Grupo de Cavalgadas Pé no Estribo	
Área de Atuação:	Cultura e Desporto	
Responsável:	Rosita Santos Sampaio	
Projeto:	Cavalcada da Busca da Chama 2008	
Justificativa:	Realizar a cavalcada da busca da Chama Crioula 2008	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	CTG Saudades do Pago	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Adão Pereira Dias	
Projeto:	Rodeio	
Justificativa:	Melhorias na Sede Social e Conservação na Sede Campeira	
Nº Pessoas Beneficiadas	500	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Piquete de Tradições Gaúchas Mate Amargo	
Área de Atuação:	Cultura e desporto	
Responsável:	Paulo Rogério P. de Almeida	
Projeto:	Evento Tradicionalista	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Neiza Vargu
SECRETARIA

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Grupo de Danças Rastros da Tradição	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Vilson Luiz P. dos Santos	
Projeto:	Aquisição materiais, equipamentos e acessórios para apresentação do grupo	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 500,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2. 086
Entidade:	Piquete de Laçadores Recanto Verde	
Área de Atuação:	Cultura e Desporto	
Responsável:	Osmar de Anselmo Almeida	
Projeto:	Realização de um Rodeio	
Justificativa:	Promover as tradições do RS	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Capacitação Profissional e Desenvolvimento Econômico	
---	--

Pré Projeto Orçamento 2007		Programas 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Florianô Antônio Almeida	
Projeto:	Jovem Construtor faz Tudo	
Justificativa:	Desenvolvimento de cursos para preparar os alunos	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Ver. Neuza Vargas
1. SECRETARIA

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.166
Entidade:	Associação de Moradores da Vila Nova	
Área de Atuação:	Assist. Social, Saúde e Educação	
Responsável:	Floriano Antônio Almeida	
Projeto:	Capacitar	
Justificativa:	Desenvolver cursos de qualificação profissional	
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Moradores Bairro Medianeira – AMBMED	
Área de Atuação:	Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto	
Responsável:	Edílson Nunes Francisco	
Projeto:	Dançando para não Dançar	
Justificativa:	Despertar e resgatar a auto-estima da criança e adolescente	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.101
Entidade:	Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	José Fernando Almeida Vieira	
Projeto:	XXI Expofeira	
Justificativa:	Promoção e comercialização de produtos agropecuários, máquinas e implementos	
Valor Auxílio	R\$ 3.000,00	

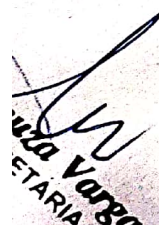
Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	ABART	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Leci Freitas Pereira	
Projeto:	Conquistar e Assegurar Emprego, Renda e Estabilidade	
Justificativa:	Desenvolver o trabalho dos artesãos	
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programas 2.035 e 2.033
Entidade:	ABEUS	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Jorge Vanderlei Souza Oliveira	
Projeto:	Transporte de Estudantes	
Justificativa:	Transportar a um preço acessível alunos para as faculdades	
Nº Pessoas Beneficiadas	85	
Valor Auxílio	R\$ 23.200,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.167
Entidade:	IECPAC	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	José Maria Medeiros	
Projeto:	Preparando Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente	
Justificativa:	Pessoas que não possuem condições financeiras de pagar um curso profissionalizante	
Valor Auxílio	R\$ 20.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Assoc. Circ. Pais e Mestres Int. Est. Marechal Rondon	
Área de Atuação:	Educação	
Responsável:	Ângela Beatriz Nunes Leal	
Projeto:	Reforma da Sala de Máquinas	
Justificativa:	Reforma da sala de máquinas	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Cultura e Lazer		


 Maria Vargens
 SECRETARIA

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.085
Entidade:	AMTREL	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Adão Helvio de Lima Azzi	
Projeto:	IV Festa Rural de Butiá	
Justificativa:	Integrar as comunidades rurais e urbanas	
Valor Auxílio	R\$ 5.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá - SMIB	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson	
Projeto:	Aluguel da Sede	
Justificativa:	Locação de imóvel para desempenho das atividades dos sócios da 3ª idade	
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	Sociedade Bochofíla União e Amizade	
Área de Atuação:	Desporto	
Responsável:	Décio Queiroz Pereira	
Projeto:	Cobertura Nova	
Justificativa:	Troca da madeira da estrutura do telhado	
Valor Auxílio	R\$ 1.250,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	SOREI	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Madalena Pocharski	
Projeto:	Aluguel 2008	
Justificativa:	Pagamento de aluguel	
Valor Auxílio	R\$ 3.600,00	

Ver: *Neuza Vargi*
SECRETARIA

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 1.043
Entidade:	Associação do Moto Grupo Rota 290	
Área de Atuação:	Assistência Social, Cultura e Desporto	
Responsável:	Carlos Roberto Pereira de Almeida	
Projeto:	8º Carbomoto	
Justificativa:	Encontro de motocicletas com o benefício financeiro e turístico para nossa cidade	
Valor Auxílio	R\$ 7.500,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.085
Entidade:	Associação Cultural Butiaense	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Liege dos Santos Vitória	
Projeto:	Festa do Butiá	
Justificativa:	Proporcionar a comunidade Butiaense momentos de diversão, lazer e divulgação da cultura	
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	Sociedade da Melhor Idade de Butiá – SMIB	
Área de Atuação:	Assistência Social e Cultura	
Responsável:	Ilma Pacheco Johnson	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Confraternizar com a população Butiaense no Carnaval/2008	
Nº Pessoas Beneficiadas	220	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.084
Entidade:	SOREI	
Área de Atuação:	Cultura	
Responsável:	Madalena Pocharski	
Projeto:	Carnaval 2008	
Justificativa:	Confraternizar com a população Butiaense no Carnaval/2008	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Ver. Neuza Vargas
SECRETARIA



Entidade:	Grupo Bloco Carnavalesco Avacalhação
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Adão Cleiton Lealda Silva
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Difundir a cultura popular através do carnaval
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00



Entidade:	Bloco Holligangs
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	Diego Silva
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2008
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00



Entidade:	Escola de Samba Estrela Cadente
Área de Atuação:	Cultura
Responsável:	João Carlos Goulart
Projeto:	Carnaval 2008
Justificativa:	Confraternizar com a população butiaense no carnaval 2008
Valor Auxílio	R\$ 4.000,00

Luza Vargas
SECRETARIA



Saúde e Assistência Social

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.068
Entidade:	FUMSA	
Área de Atuação:	Saúde	
Responsável:	Celestino Munari	
Projeto:	Atendimento de Saúde	
Justificativa:	Auxiliar na compra de medicamentos, Mat. Hospitalar, pagamento da folha de pessoal, etc.	
Valor Auxílio	R\$ 450.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio para a 3ª Festa Campeira APAEANA	
Justificativa:	Adquirir recursos para mão-de-obra da construção da APAE	
Valor Auxílio	R\$ 2.000,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.119
Entidade:	APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Auxílio de manutenção para APAE/Butiá	
Justificativa:	Cobertura de despesas de custeio, materiais de consumo, serviços de terceiros e outros encargos	
Valor Auxílio	R\$ 18.720,00	

Pré Projeto Orçamento 2007		Programa 2.037
Entidade:	APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	
Área de Atuação:	Assistência Social	
Responsável:	Paulo Roberto Lombard Menezes	
Projeto:	Mercado de Trabalho	
Justificativa:	Visa a geração de renda e a inclusão dos PDDs no mercado de trabalho	
Valor Auxílio	R\$ 24.000,00	

Entidade: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Área de Atuação: Assistência Social

Responsável: Paulo Roberto Lombard Menezes

Projeto: Convênio para Fabricação de Fraldas

Justificativa: Geração de Empregos e Renda

Nº Pessoas Beneficiadas: Diversas

Valor Auxílio: R\$ 12.000,00

Entidade: Grupo de Apoio a Polícia Civil de Butiá – GAP

Área de Atuação: Segurança

Responsável: Gilberto Marina Rodrigues

Projeto: Segurança Pública

Justificativa: Proporcionar mais segurança a comunidade

Nº Pessoas Beneficiadas: População em geral

Valor Auxílio: R\$ 8.400,00